

A IMPORTÂNCIA DA INFRAESTRUTURA VERDE NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Alesandra Rafael de Oliveira¹

Ana Carolina Aparecida dos Santos²

João Amadeus Pereira Alves³

Daniela Macedo de Lima⁴

Resumo: Este artigo objetiva investigar as Macrotendências da Educação Ambiental na percepção de alguns docentes sobre infraestrutura verde nos Centros Municipais de Educação Infantil. Esta se constitui de parques, reservas naturais, quintais e jardins, praças, ruas arborizadas. O corpus de análise se constitui de um questionário direcionado a 12 docentes. Trata-se de pesquisa qualitativa do tipo levantamento de dados, com emprego de análise descritiva. Majoritariamente evidenciam-se as Macrotendências Conservadora e Pragmática da Educação Ambiental, sendo identificados indícios da Macrotendência Crítica em menor proporção. Foi unânime a opinião docente sobre a importância das áreas verdes nas instituições de Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Macrotendências; Percepção Docente.

Abstract: This article aims to investigate the perception of some teachers about the importance of green infrastructure. Green infrastructure consists of parks, natural reserves, backyards and gardens, squares, tree-lined streets and sports fields. The corpus of analysis consists of a questionnaire addressed to 12 Early Childhood Education teachers. This is qualitative research of the data collection type using descriptive analysis. Mostly, the Conservative and Pragmatic Macrotrends of Environmental Education are evident, we identified signs of the Critical Macrotrend to a lesser extent. The teaching opinion on the importance of green areas in Early Childhood was unanimous.

¹Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: alesandrautfpr@gmail.com.

²Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: acarolina632@gmail.com.

³Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: joaoalves@utfpr.edu.br.

⁴Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: danielalima@utfpr.edu.br.

Keywords: Environmental Education; Macrotrends; Teacher Perception.

Introdução

Nos últimos anos, a infraestrutura verde dos Centros Municipais de Educação Infantil tem sofrido alterações relevantes do ponto de vista arquitetônico e socioambiental. De acordo os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (Brasil, 2006, p. 26), a área externa dessas instituições:

Deve corresponder a, no mínimo, 20% do total da área construída e ser adequada para atividades de lazer, atividades físicas, eventos e festas da escola e da comunidade. [...] Deve ser ensolarada e sombreada, prevendo a implantação de área verde, que pode contar com local para pomar, horta e jardim.

No entanto, propor condições ideais de interação com a natureza nos Centros Municipais de Educação Infantil ainda se constitui como desafio para a comunidade educativa. O fato é que nem todas as instituições de Educação Infantil possuem espaço externo adequado para a proposição de situações de exploração e investigação dos elementos e fenômenos naturais, sobretudo os ambientais. Nesse contexto, de acordo com Sorrentino *et al.* (2005, p. 288), a Educação Ambiental, tem por objetivo “abrir espaços que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos e de todas as espécies e sistemas naturais com os quais compartilhamos o planeta ao longo dos tempos”.

O externo possibilita abordar os direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer. Fundamentados nos eixos Interações e Brincadeira, que constituem os Campos de Experiências descritos na Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (Brasil, 2018). Estes direitos, constituem vivências que se relacionam com os valores e princípios da Educação Ambiental, na oportunidade de conviver, conhecer, explorar os ambientes por meio da brincadeira e da interação com os elementos naturais, se torna possível investigar diferentes contextos de aprendizagem, incluindo as mediações e intervenções dos seres humanos na natureza em suas relações de interdependência (Tiriba; Profice, 2019). Inicialmente, de forma mais harmoniosa, porém, com a modernização das sociedades os impactos da ação destrutiva dos seres humanos sobre a natureza tornam-se foco de discussão no ambiente educativo desde a primeira etapa da educação básica.

Consideramos que ao interagir com os elementos da natureza desde cedo, e investigar os diferentes ecossistemas, crianças podem desenvolver uma educação socioambiental crítica da realidade em que estão inseridas (Tiriba; Profice, 2019). Se faz necessário que os profissionais que atuam na Educação Infantil possuam uma compreensão mais ampla das tendências que orientam a educação ambiental, bem como os processos educativos na

primeira infância. Neste sentido, este artigo objetiva investigar as Macrotendências da Educação Ambiental na percepção de 12 docentes sobre infraestrutura verde nos Centros Municipais de Educação Infantil em uma capital do Sul do país.

Infraestrutura verde na Educação Infantil: algumas perspectivas presentes na literatura.

Nos dias de hoje, as moradias urbanas estão cada vez mais adensadas, com quintais impermeáveis (onde há esse espaço), isoladas por calçadas. Apartamentos construídos em edificações sem a existência de playground, arbustos ou vegetação diversa. Em grande parte dessas moradias, quando há vegetação restringe-se à grama e “desse modo, em maior ou menor grau, a natureza está cada vez mais distante das pessoas” (Tiriba; Profice, 2019). Tal contexto leva a considerar que a infraestrutura das instituições educativas seja projetada para suprir, ainda que muito parcialmente, as demandas psicomotoras, socioambientais e afetivas da sociedade moderna.

Segundo, Kalinoski e Faria (2022), é perceptível a crescente desarticulação entre a ampliação e a modernização das cidades e suas relações com a composição e consolidação do espaço urbano, influenciado pela globalização e as expressões físicas pujantes da sociedade. Trata-se de garantir o equilíbrio entre o ambiente construído e o ambiente natural, investindo em propostas de construção de moradias mais sustentáveis. Isso inclui as instituições educacionais. E de fato, a infraestrutura dos Centros Municipais de Educação Infantil precisam atender às exigências da Lei de Zoneamento de cada município em que estas instituições de ensino se localizam.

Conforme Silva (2020), na Educação Infantil, o ambiente físico precisa ser propício a aventuras, investigações, desafios e outras atividades criativas de incentivo à interação lúdica entre crianças, adultos e o meio em que vivem. Por esse motivo, os cuidados com o paisagismo das instituições educativas incluem o aproveitamento da vegetação, bem como, diferentes tipos de recobrimento do solo: areia, grama, terra, pallet e caminhos pavimentados. Além disso, na medida que as crianças crescem, os ambientes precisam expandir-se gradativamente, como forma de favorecer o seu desenvolvimento. Sob essa ótica, deve-se considerar nas áreas externas “a escala da criança, suas relações espaciais e sua capacidade de apreensão desse contexto, promovendo a orientação espaço-temporal e a segurança e encorajando as incursões pelas áreas livres” (Silva, 2020, p. 27).

Nesse sentido, as propostas educativas que envolvem a exploração dos elementos e materiais naturais da região em que se localiza a instituição educativa acabam sendo atrativas para as crianças. Silva (2020, p. 28), menciona que sempre que possível as áreas externas podem ser abastecidas com “objetos ou equipamentos soltos, permitindo às crianças desenvolverem sua tendência natural de fantasiar, a partir de brinquedos que possam ser

manipulados, transportados e transformados". Uma edificação, inserida em um contexto de respeito ao ecossistema local, "poderá acolher a diversidade sócio histórica e cultural das localidades urbanas" (Silva, 2020, p. 77). Acredita-se que ao organizar o ambiente de maneiras variadas pode favorecer diferentes tipos de interações, pois: "Ao dialogar com as crianças, ouvir de forma atenta seus interesses, inclusive identificando seus espaços e ambientes preferidos, os docentes criam juntamente com as crianças, estratégias pedagógicas ricas em aprendizagem" (Silva, 2020, p. 80).

Conforme Layrargues e Lima (2014), as Macrotendências presentes na literatura sobre Educação Ambiental: Conservadora, Pragmática e Crítica, corroboram com os apontamentos anteriores. Sendo assim, a **Macrotendência Conservadora** apresenta uma visão romantizada e afetiva sobre a natureza. Possui como foco a preservação da fauna, flora e do ambiente físico. Contudo, não considera a dimensão humana como parte integrante da natureza. Já a **Macrotendência Pragmática** comprehende o meio ambiente como fonte de recursos. Apresenta uma visão antropocêntrica e costuma discutir formas de solucionar problemas ambientais já existentes. Preocupa-se com a degradação da natureza e o dever de preservar, embora haja a premência de usar os recursos naturais na perspectiva do ecocapitalismo (Layrargues, 2012). No entanto, a **Macrotendência Crítica** visa unir sociedade e ambiente, considera o ser humano como parte do meio ambiente e almeja um perfil socialmente justo, crítico e reflexivo sobre os problemas socioambientais do seu contexto. Possui uma visão complexa do mundo, voltada para uma reflexão crítica da sociedade e de suas relações com a natureza.

Diante do exposto, em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE) Lei Federal 10.172/2001, que trata da formação dos profissionais da Educação Infantil, se destaca a essencialidade do trabalho dos professores na mediação dos processos de desenvolvimento das crianças, neste manuscrito se dá especial atenção às percepções de 12 professoras sobre a importância da área externa das instituições educativas.

Metodologia

Este artigo objetiva investigar as Macrotendências da Educação Ambiental na percepção de alguns docentes sobre infraestrutura verde nos Centros Municipais de Educação Infantil. O corpus desta análise se constitui de um questionário com a seguinte questão: Qual a importância da infraestrutura verde da instituição educativa para docentes e crianças que utilizam o espaço externo dos Centros Municipais de Educação Infantil?

Para a obtenção das respostas utilizou-se do aplicativo de mensagens WhatsApp para obter as respostas em análise, as quais foram direcionadas para docentes que atuam em diferentes instituições da rede pública municipal de ensino, em uma capital do Sul do país. Como forma de preservar a identidade destes profissionais, codificamos os participantes pelas letras "PEI" (Professor de Educação Infantil), seguido da numeração de 1 a 12.

Em uma perspectiva qualitativa, a pesquisa de levantamento de dados, descrita por Brandão *et al.* (2022), possibilita garimpar informações a um grupo significativo de pessoas envolvidas em alguma situação de pesquisa. Como forma de contemplar a percepção docente de seu contexto de trabalho, o questionário direcionado a eles possui caráter descriptivo. Para Ludke e André (2013), a metodologia descriptiva proporciona maior compreensão do fenômeno em análise. Consideramos importante embasar esta descrição nas Macrotendências da Educação Ambiental: Conservadora, Pragmática e Crítica, fundamentadas por Layrargues e Lima (2014).

Análise e discussão dos resultados

De modo a analisar a percepção docente sobre a importância dos espaços verdes nas instituições de Educação Infantil, trazemos o relato de 12 profissionais que atuam nestes espaços. Iniciaremos nossa análise buscando identificar em suas concepções de ensino a Macrotendência Ambiental Conservadora. Esta concepção está voltada para a preservação da natureza, numa perspectiva romantizada sobre sua beleza.

Conforme vemos em PEI1: “**tendo área verde, demonstra a importância da natureza para todas as pessoas**”, o que justifica sua preservação. Corroborando, PEI11 relata que para o desenvolvimento das crianças é essencial ter uma estrutura verde “**para que elas, possuam um espaço estético organizado, para que possam brincar com elementos naturais, valorizem o meio ambiente e desenvolvam bons hábitos de cuidados e preservação**”. Já em PEI5 temos a afirmação de que “**o verde acalma e convida à aproximação com nossas raízes**”. Notamos uma visão romantizada sobre a natureza “conhecer para amar, amar para preservar” (Layrargues; Lima, 2014, p. 27). Há ideia de uso dos recursos naturais para proporcionar benefícios aos humanos. Da mesma maneira a Macrotendência Pragmática coaduna com esta visão.

Vemos em PEI4, a preocupação em oportunizar o contato com o ambiente natural para promover “**o bem-estar físico e psicológico de crianças e adultos. [...] o contato com a área verde permite que as crianças desenvolvam habilidades valiosas como observação, imaginação, curiosidade e criatividade.**” Notamos que esta visão se aproxima da Macrotendência Conservadora, no que diz respeito ao incentivo à preservação do ambiente, sobre isso Layrargues e Lima (2014, p. 27), descreve ser importante “despertar a sensibilidade, a conscientização ecológica, com o objetivo de preservar a natureza”. Contudo, concebe os seres humanos como o centro do universo, sendo a natureza apenas fonte de recursos para satisfazer suas necessidades de desenvolvimento físico e intelectual.

Já em PEI12, relato de exploração, investigação, e apreciação da natureza ser “**tudo que podemos propor para as crianças na grama, na calçada, próximo às árvores**”. Mencionou sobre as propostas educativas a

serem desenvolvidas com as crianças: **contar uma história debaixo de uma árvore, explorar flores, plantas, o céu com o binóculos ou lupas, observar os insetos**, além de “**resgatar brincadeiras antigas, disponibilizar utensílios de cozinha para que possa usar a imaginação em criações de comidinhas traz mais benefícios para o desenvolvimento infantil**”. Notamos que novamente aparece o esclarecimento de que é importante interagir com os elementos naturais, todavia, foi relatado que sobre brincadeiras na grama e na calçada como se fossem coberturas de solo da mesma categoria, embora ambos estejam presentes no espaço externo, é preciso distinguir elemento natural e cultural. Afirmou ainda que “**o contato com uma área verde [...] é de extrema importância [...] cuidados para com o meio ambiente. O contato com a terra, gramas, areias, [...] proporciona às crianças qualidade de vida e infância feliz**”. O PEI4, menciona ser preciso desemparedar as crianças e propor o contato com a natureza como “**garantia de bem estar físico e psicológico**”. Percebemos assim, que há conhecimentos básicos sobre os benefícios que o ambiente natural nos proporciona.

Rodrigues (2011, p. 176), afirma que:

[...] a maioria dos(as) professores(as) na Educação Infantil ainda trabalha com concepções tradicionais de Educação Ambiental, o que resulta em propostas de atividades realizadas de forma pontual e descomprometidas com toda a problemática envolvida na ação.

Em nenhum momento se faz alusão às relações socioambientais que se estabelecem nas sociedades atualmente, uma vez que a preocupação com a natureza gira em torno dos benefícios que esta pode nos proporcionar. Ou seja, as ações humanas não estão sendo pensadas.

Dando continuidade, em PEI3, relatou-se ser valiosa a oportunidade de proporcionar ambientes que promovam “**o desenvolvimento integral das crianças e o bem-estar das professoras [...] um ambiente natural e estimulante [...] onde as crianças podem aprender sobre a natureza e o meio ambiente de forma prática**”. De fato, a Macrotendência Pragmática se apresenta no imaginário dos docentes da Educação Infantil à medida que prevêem o uso e a manutenção dos recursos naturais apenas para satisfazer as necessidades humanas e proporcionar o bem estar destes. Mesmo havendo menção à possibilidade de desenvolvimento integral num ambiente natural rico e estimulante, há ideia de exploração prática da natureza prevalece “o caráter pragmático traz duas características complementares: primeiro, a ausência de reflexão que permita a compreensão contextual e articulada das causas e consequências dos problemas ambientais” (Layrargues; Lima, 2014, p. 32). Ou seja, há intenção de conhecer para utilizar, de conhecer para preservar a diversidade, independente da possibilidade de uso humano, permaneceu ausente.

A seguir, veremos mais alguns entrelaçamentos entre as Macrotendências Conservadora e Pragmática, revelando que a visão de Educação Ambiental dos docentes perpassa por tais concepções, uma vez que não há uma percepção homogênea de educação. Dessa forma, a perspectiva romantizada se associa a visão utilitarista da natureza. Em PEI8 o “**contato direto com a natureza, fortalecendo e renovando as energias de todos que utilizam o espaço [...] o torna tão prazeroso e desenvolve a responsabilidade e a importância do local**”. Vemos em PEI10, essa mesma percepção ao mencionar: “**possibilita o contato dessa criança com a natureza e com o simples e lúdico**”. Reforçando a ideia de uso da natureza para proporcionar ludicidade. Também PEI11, menciona: “**um espaço estético organizado, para que possam brincar com elementos naturais**”. Em consonância, PEI3 menciona ser importante “**desemparedar as crianças para terem contato e vivências com a natureza**”. Assim, a ideia de usufruto da natureza para o bem estar humano se apresenta fortemente no ambiente escolar.

Nesse sentido, a Macrotendência Pragmática nos mostra uma preocupação importante com relação a preservação e sustentabilidade ambiental, contudo, não identificamos a preocupação com uma educação socioambiental voltada para a minimizar ou extinguir ações nocivas de degradação dos ecossistemas. Na realidade, ao mencionar o dever de preservar essa concepção preserva a ideia de domínio humano sobre a natureza e fonte para satisfação de suas necessidades (Layrargues; Lima, 2011). Contudo, numa visão crítica da Educação Ambiental, nosso planeta é um organismo vivo e complexo, independentemente da existência humana.

Na Macrotendência Ambiental Crítica, a compreensão socioambiental se apresenta como perspectiva de mudança nas relações humano-natureza, para uma responsabilidade coletiva com relação à sustentabilidade dos ecossistemas (Layrargues; Lima, 2011). Espera-se que esta concepção, embase a percepção dos docentes da Educação Infantil. Numa visão complexa e condizente com a realidade atual da sociedade em suas relações com o planeta a qual pertencemos; pois segundo Morin (2008, p. 14) “[...] os problemas essenciais nunca são parceláveis, e os problemas globais são cada vez mais essenciais”.

Conforme vemos em PEI6: “**as cidades têm cada vez menos espaço verde, cada vez mais asfaltos, as crianças moram cada vez mais em casas menores ou apartamentos, ou sobrados que não tem terreno, tem menos contato com a área externa**”. Notamos a preocupação com a ocupação do solo nos centros urbanos e a ausência de espaços naturais: “**praticamente não brincam em área verde, os pais não costumam levar as crianças a passear nos parques no final de semana [...]. para que a criança tenha contato com a natureza**”. Há preocupação com as interações estabelecidas entre a dinâmica de povoamento das cidades e as brincadeiras que outrora as crianças tinham acesso no ambiente natural.

Há percepção dos seres humanos como integrantes da natureza: “**para que possa se religar a natureza, que deveria ser o natural do ser humano, ser ligado à natureza**”. Nessa visão, considera-se que “**cada vez mais as crianças estão ligadas à internet, celular, ao vídeo-game, então o espaço permite a criança brincar, se divertir, ter momentos de lazer [...] desemparedamento**”. Nesse depoimento se insere não apenas a perspectiva de interação com a natureza como forma de contemplá-la ou utilizá-la conforme o desejo humano, mas a necessidade de desemparedamento se dá numa convicção de mudança dos paradigmas atuais de modelos de infraestrutura das sociedades. Ou seja, há preocupação em instituir mudanças e estabelecer novas formas de ocupação do solo de maneira que a sustentabilidade dos ecossistemas seja contemplada.

De fato, o diálogo socioambiental precisa ocorrer em todas as etapas de escolarização como forma de viabilizar reflexões como esta, no âmbito da esfera pública. Ao dialogarem com as crianças sobre os problemas envolvendo o distanciamento das pessoas dos ambientes naturais, os docentes têm a oportunidade de refletir sobre suas próprias ações, além de incentivar que as crianças discutam estes valores em suas residências, ampliando assim, a propagação dos princípios da Educação Ambiental na sociedade. Essa preocupação com o distanciamento e a falta de interatividade das pessoas dos espaços naturais devido aos problemas de infraestrutura das residências que ficam cada vez mais condensadas; as consequências do uso prolongado dos dispositivos tecnológicos que têm sido absorvido pelas crianças cada vez mais cedo (Tiriba; Profice, 2019); as dificuldades enfrentadas pelas famílias em administrar o tempo de maneira que possam interagir com o ambiente natural de forma frequente, nos mostra que se trata de uma percepção mais humanizada e complexa da existência humana. Compreende que os seres humanos compõem e moldam os ambientes de acordo com seus interesses e necessidades. Para Leff (2010, p. 55):

[...] a crise ambiental não é crise ecológica, mas crise da razão. Os problemas ambientais são fundamentalmente, problemas do conhecimento. Isto tem fortes implicações para toda a política ambiental – que deve passar por uma política do conhecimento, e para a educação.

Contudo, não basta que as pessoas visitem à natureza mas estejam integradas a ela em todos os espaços que habitam. Trata-se de uma educação socioambiental, onde os problemas envolvendo a vida cotidiana perpassam o ambiente escolar, num contexto de aprendizagem para a vida.

Na unidade de contexto PEI7, compartilha-se a mesma ideia ao mencionar” **atividades ao ar livre que promovem o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional das crianças**”. Ao se importar com o desenvolvimento emocional das crianças, por meio do incentivo “**a conexão com o meio ambiente desde cedo**”. Notamos novamente a compreensão de pertencer a natureza, não apenas visitá-la ou contemplá-la de forma isolada. PEI9

corrobora a mesma ideia, e amplia para uma compreensão efetiva sobre o papel do ambiente escolar neste processo, “**momentos de exploração, experiências onde muitas das nossas crianças não conseguem ter em suas casas**”, pois considera necessário disponibilizar às crianças experiências das quais estejam sendo privadas no ambiente doméstico. Conforme mencionamos anteriormente, não há uma visão homogênea na percepção docente com relação a Educação Ambiental, todavia foi possível perceber que conforme a práxis docente se insere na Macrotendência Crítica, sua compreensão de mundo se torna mais ampla.

Por conseguinte, apenas contemplar a natureza ou compreendê-la como mera fonte de aquisição de recursos para satisfação humana deixa de ser predominante na educação das crianças. Os problemas socioambientais ganham destaque e passam a ser pensados com mais responsabilidade. Por se tratar de uma visão complexa do mundo, se torna difícil estar preso a uma compreensão Conservadora ou Pragmática, mesmo que venham a perpassar tais concepções, sempre haverá o exercício de ação-reflexão-ação docente, isso conduz a uma percepção crítica e emancipadora da sociedade.

Conclusões

Neste estudo analisamos a presença das Macrotendências da Educação Ambiental propostas por Layrargues e Lima, (2014), no pensamento dos docentes da Educação Infantil. Concluímos que as concepções que permeiam o ensino na Educação Infantil em sua maioria transitam entre as Macrotendências Conservadora e Pragmática, pois não há um pensamento homogêneo entre os docentes. Sendo assim, a maioria dos docentes reconhece a importância de proporcionar o contato das crianças com a natureza numa perspectiva romantizada de contemplação estética e usufruto de bens de consumo, provenientes do domínio humano sobre a natureza. A ideia de conservação gira em torno do que é útil para os seres humanos. Estes, por sua vez, devem preservar o que é belo e agradável para o consumo. Os problemas socioambientais basicamente são nulos nesta perspectiva.

A conservação Ambiental gira em torno dos problemas que afetam diretamente o meio ambiente natural (queimadas, enchentes, seca, erosão, etc.), sem se atentar para os impactos da ação humana na degradação do ambiente e quanto somos responsáveis por estes problemas. Sendo assim, os seres humanos não só habitam na natureza, mas fazem parte de seu contexto vital. Ou seja, nas Macrotendências Conservadora e Pragmática não há uma conexão saudável com o planeta, a compreensão deste como um organismo vivo e complexo geralmente está ausente. Conduzem a uma visão parcial da Educação Ambiental, em que os seres humanos não constituem a natureza, apenas nela habitam como proprietários e dominadores.

Quanto aos docentes que atuam na Educação Infantil, há ainda uma carência de formação continuada para a Educação Ambiental. Associado a isso, nem todas as instituições de Educação Infantil possuem espaço externo

adequado para a proposição de situações de exploração e investigação dos elementos e fenômenos naturais. Contudo, foi unânime a opinião das professoras sobre a importância de as crianças terem contato com a natureza, sendo as instituições educativas responsáveis em proporcionar tais vivências, como forma de garantir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na primeira infância.

Contudo, três dos respondentes do questionário PEI6, PEI7 e PEI9, apresentaram indícios da Macrotendência Crítica ao associarem os problemas da ocupação urbana do solo, sem a devida preocupação com as áreas verdes na infraestrutura das moradias, sendo importante garantir espaços naturais na instituições educativas, não somente como possibilidade de interação com a natureza, mas como forma de instituir uma educação socioambiental e dar visibilidade aos diferentes ecossistemas locais. Ao mencionarem a proposição de vivências no ambiente natural como forma de diminuir a demasiada interação das crianças apenas com as tecnologias, sendo preciso desemparedar para se conectar com a natureza e obter qualidade de vida para todos os seres vivos, e aprender a cuidar dos elementos não vivos.

Na medida que os docentes adentram a Macrotendência Crítica, fica difícil desassociar o ser humano da natureza, pois há percepção de responsabilidade coletiva com relação ao design urbanístico e as problemáticas socioambientais associadas a ele. Os impactos da ação humana no ambiente natural se tornam mais evidentes. Ou seja, começa a surgir a necessidade de propor novas soluções para a ocupação do espaço urbano e instituir novas formas de interagir com a natureza numa perspectiva de autocuidado de si e do outro. Ao constituírem uma visão socioambiental desde pequenas, as crianças adquirem uma visão holística e heterogênea da realidade.

Agradecimentos

Aos docentes da Educação Infantil que gentilmente contribuíram para efetivar esta reflexão.

Referências

BRANDÃO, Merlin Marta Neiva Lima, et al. **Levantamento e suas contribuições em pesquisas educacionais desenvolvidas em época de pandemia.** VI Seminário de Estágio Supervisionado e Prática de Ensino. FACED/UECE. Itapipoca - 24, 25 e 26 de janeiro de 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)** Lei Federal n.º 10.172/01. Brasília, DF: Ministério da Educação (MEC), 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação. **Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf. Acesso em: 12 mai. 2024.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 7: 509-520, 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: a educação é a base. Brasília, DF: Ministério da Educação (MEC); Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), 06 mar. 2018.

KALINOSKI, Rafael; FARIA, José Ricardo de Vargas. **Justaposição de interesses transescalares em grandes projetos urbanos de infraestrutura**. Oculum Ensaios, [S. I.J, v. 19, 2022. DOI: 10.24220/2318-0919v19e2022a5157. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/5157>. Acesso em: 10 jul. 2024.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para onde vai a educação ambiental? O cenário Político-Ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 7, n. 14, agosto/dezembro de 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1677>. Acesso em: 26 jun. 24.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. In: **VI Encontro Pesquisa e Educação Ambiental – EPEA**. Anais. 2011. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/Layrargues_e_Lima_-_Mapeando_as_macro-tend%C3%AAncias_da_EA.pdf. Acesso em: 26 jun. 2024.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente e Sociedade**, v. 17, n.1, p 23-40, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nyhjdZ4hYdqVFDYRtx/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro. Janeiro: Editora Pedagógica e Universitária, 2013.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução de Eloá Jacobina. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

RODRIGUES, Cae. Educação infantil e Educação Ambiental: um encontro das abordagens teóricas com a prática educativa. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, RS, v. 26, p. 169-182, jan./jun. 2011. Disponível em: Acesso em: 27 mai. 2024.

SILVA, Fernanda Grazielle Valoto. 2020. **A importância dos espaços para a aprendizagem e desenvolvimento da criança da Educação Infantil nos CMEI's de Curitiba**, Curitiba. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Educação, Universidade Tuiuti do

Paraná. Curitiba, 2020. Disponível em:
<https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1800>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia; JUNIOR, Luiz Antonio Ferraro. Educação Ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 02, p. 285-299, mai. ago. 2005.

TIRIBA, Léa; PROFICE, Christiana Cabicieri. Crianças da Natureza: vivências, saberes e pertencimento. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 2, e88370, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/cG43TCFnqws8YkRvx8gqMkD/>. Acesso em: 27 mai. 2024.